



Temas de Direito Civil e de Direito Processual Civil

Ação de Formação Contínua Tipo C

Auditório do Centro de Estudos Judiciários - 17 e 24 de março de 2017, 21 e 28 de abril de 2017

Destinatários: Magistrados/as judiciais e do Ministério Público / Advogados / Outros profissionais da área forense

Objetivos:

- Análise das atuais questões no âmbito do direito do consumo (mercado digital, venda de bens de consumo, promoções, períodos de fidelização, serviços financeiros, etc.);
- Abordagem do recente estatuto jurídico dos animais;
- Debate em torno de vários institutos do processo civil (caso julgado, etc.);
- Balanço sobre o CPC de 2013.

Programa do dia 21 de abril

Manhã

10h00 Abertura

Caso julgado civil e Constituição

João Cura Mariano, Juiz Desembargador, Membro do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República

10h15 A preclusão e o caso julgado

Miguel Teixeira de Sousa, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

11h00 Pausa

11h15 O caso julgado e a alteração das circunstâncias

Nuno Trigo Reis, Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

12h00 Debate

Moderação: João Cura Mariano

12h30 Pausa para almoço

Tarde

14h30 Declarações de parte: um testemunho da parte?

Luís Filipe Sousa, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa

15h15 O fio condutor entre a atenuação das preclusões na alegação de factos, a enunciação dos temas da prova e a decisão da matéria de facto

Carlos Lopes do Rego, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça

16h00 Debate

Moderação: Maria Paula Figueiredo, Procuradora-Geral-Adjunta no Supremo Tribunal de Justiça

16h30 Encerramento

Temas de Direito Civil e de Direito Processual Civil

Ação de Formação Contínua Tipo C

Auditório do Centro de Estudos Judiciários - 17 e 24 de março de 2017, 21 e 28 de abril de 2017

Destinatários: Magistrados/as judiciais e do Ministério Público / Advogados / Outros profissionais da área forense

Objetivos:

- Análise das atuais questões no âmbito do direito do consumo (mercado digital, venda de bens de consumo, promoções, períodos de fidelização, serviços financeiros, etc.);
- Abordagem do recente estatuto jurídico dos animais;
- Debate em torno de vários institutos do processo civil (caso julgado, etc.);
- Balanço sobre o CPC de 2013.

Programa do dia 28 de abril

Manhã

10h00 *Perdidos na renumeração: cinco regimes que não sobreviveram à sucessão de Códigos de Processo Civil?*

- 1 - Pressupostos da consideração dos factos adquiridos no decurso da instrução (art. 264.º/3 do aCPC)
- 2 - Ónus de impugnação dos factos alegados pelo réu (arts. 490.º, 502.º e 505.º do aCPC)
- 3 - Os temas da prova e as soluções plausíveis da questão de direito (art. 511.º/1 do aCPC)
- 4 - Prolação da sentença para a ata (art. 659.º, n.º 5, do aCPC)
- 5 - Inclusão de proposições de direito na pronúncia de facto (art. 646.º/4 do aCPC)

Paulo Ramos de Faria, Juiz do Juízo Local Cível do Tribunal da Comarca do Porto

Gabriela Cunha Rodrigues, Juíza de Direito e Coordenadora da Jurisdição Civil, Processual Civil e Comercial do CEJ

12h00 Debate

Moderação: **Edgar Taborda Lopes**, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa e Coordenador do Departamento de Formação do CEJ

12h30 Encerramento

Tarde

14h30 A problemática da contestação/reconvenção no CPC de 2013

Rui Pinto, Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

15h15 Balanço do novo processo civil em ação

Albertina Pedrosa, Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Évora

16h00 Debate

Moderação: **Mário Serrano**, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Évora

16h30 Encerramento